

O ATO DE CUIDAR E EDUCAR NA RODA DOS EXPOSTOS: OS CONTEXTOS HISTÓRICOS DE UMA EDUCAÇÃO ASSISTENCIALISTA NO BRASIL

ACT'S CARING AND EDUCATING IN THE WHEEL OF THE EXPOSED: THE HISTORICAL CONTEXTS OF A WELFARE EDUCATION IN BRAZIL

Gisele Meireles Mendes **1**

Resumo: artigo com objetivo de delinear a assistência e educação ofertada aos infantes enjeitados por seus familiares nos séculos XIX e XX, bem como descrever, de modo sistemático, a educação na primeira infância oferecida por órgãos de caráter assistencialista às crianças em situação de abandono no Brasil. Utilizou-se como método de pesquisa a bibliográfica por se tratar de informações descritivas e históricas e que necessitavam, à luz da criticidade, de rearranjos e conexões para descrever a finalidade da educação infantil na Roda dos Expostos e da preparação dos profissionais para atuarem nestes espaços. Kuhlmann Júnior (2001) e Silva (2010) auxiliaram na estruturação da educação oferecida na Roda dos Expostos. Venâncio (1999) e Torres (2006) corroboraram com a descrição da história do abandono das crianças. Vieira e Gomide (2008) descrevem as etapas de constituição da educação infantil no percurso da história da educação. Mesgravis (1975) reproduz todas as condições de trabalho dos principais atores da Roda dos Expostos. Concluiu-se que nestes espaços a educação ofertada aos infantes seguia a mesma lógica da dualidade do ensino: uma educação voltada para a classe abastarda com um currículo mínimo e sem condições de reintegração ao meio social.

Palavras-chave: Roda dos Expostos. Enjeitados. Abandono Infantil. Educação Infantil.

Abstract: article with outline the assistance and education offered to infants foundling by his family in the 19th and 20th centuries, as well as describe, in a systematic way, education in early childhood offered by organs of Welfarist character to children in situation of abandonment in Brazil. It was used as a method of bibliographical research because it is descriptive information and historical and they needed, in the light of the criticality of rearrangements and connections to describe the purpose of early childhood education on the wheel of the exposed and the preparation of professionals to act in these spaces. Kuhlmann Júnior (2001) and Silva (2010) helped in the structuring of education offered at the wheel of the exposed. Venâncio (1999) and Torres (2006) corroborate with the description of the history of abandonment of children. Vieira and Gomide (2008) describe the steps of constitution of early childhood education in the course of history of education. Mesgravis (1975) plays all the working conditions of the main actors in the wheel of the exposed. It was concluded that these spaces education offered to infants followed the same logic of the duality of education: an education geared to abastards class with a minimum curriculum and without conditions of reintegration to the social environment.

Keywords: Wheel of the Exposed. Foundling. Child Abandonment. Child Education.

Especialista em Gestão Escolar. Graduada em Pedagogia pelo UNICEMA. Tutora de cursos EaD pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMANET). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa Infância, Educação Infantil e Docência (GEPEID) pela Universidade Federal do Maranhão. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3962631260089171>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9900-261X>. E-mail: gisaslz@gmail.com

Introdução

Pelo vasto campo de pesquisa na História e Sociologia da Infância, a necessidade de conhecer a construção social da criança torna-se fundamental àqueles que se dedicam ao trabalho direto com a primeira infância. Algumas das vertentes deste campo social são a história e composição social do abandono infantil e, conseqüentemente, das práticas adotadas pela sociedade nas situações de abandono. Já para a área educacional, o interesse em conhecer as práticas dos atos de cuidar e educar se faz necessário para apropriação e agenciamento do infante como sujeito ativo da sociedade, uma vez que o Estado, nestas situações, torna-se responsável e formador integral dos infantes abandonados.

Logo, o escopo desta pesquisa tem por delimitação descrever estudos sobre uma das mais importantes formas de acolhimento de crianças pequenas abandonadas na Idade Moderna, a Roda dos Expostos, cuja atividade caritativa se aplicava aos atos de cuidar e educar de infantes enjeitados por suas famílias e deixados sob tutela da Santa Casa de Misericórdia, instituição reconhecida mundialmente por receber crianças em situações de abandono parental por toda a Idade Moderna e início da Idade Contemporânea.

As histórias de abandono de crianças pelo mundo são antigas e comumente praticadas na sociedade, independente do contexto histórico. Estes indivíduos abandonados sempre dependeram das boas práticas de caridades oferecidas pela própria sociedade, em especial pela Igreja. Nos serviços assistencialistas, várias incógnitas sempre se estabeleceram nas formas de tratamento das crianças abandonadas: como eram tratadas, qual era o território dos infantes abandonados e quem supria as carências das primeiras instruções familiares, haja vista que não havia referência familiar para as situações de abandono.

Para aduzir estes questionamentos, o referido ensaio teve por objetivo realizar um estudo bibliográfico para buscar, além do contexto histórico muito bem articulado pelos autores Vieira e Gomide (2008) e Venâncio (1999), elementos que pudessem reestruturar o raciocínio e percurso de sobrevivência dos enjeitados até a sua condição de albergado e de sua autonomia nos asilos nos séculos XIX e XX. Para este objetivo, alguns autores como Kuhlmann Júnior e Torres (2006), Silva (2010) e Mesgravis (1975) embasaram textos que descreveram toda a história de vida dos enjeitados e dos atos de cuidar e educar na primeira infância na Roda dos Expostos.

Cabe ressaltar que a Roda dos Expostos no Brasil sobreviveu a diversos momentos históricos, porém sua profissionalização se deu no período republicano após grande ânimo das reformas educacionais oriundos dos entusiastas da educação na década de 1930. Novamente, devido à conjuntura de incompreensão da organização educacional na Roda dos Expostos, estas reformas educacionais culminaram numa reestruturação dos espaços assistencialistas e educativos às crianças vulneráveis, constituindo-se, então, em espaços como berçários, jardins de infância e escolas de instruções primárias e profissionalizantes, extinguindo-se assim as prestações de serviços ofertadas pela Roda dos Expostos.

O grande legado educacional da Roda dos Expostos foi constatar a perpetuação do descaso com a educação da primeira infância e da dualidade do ensino oferecido às crianças das camadas populares, sendo ainda muito comum, além das práticas de abandono, a insuficiência de atendimento à luz das necessidades reais da primeira infância.

Portanto, a função deste estudo terá valor memorável em reapresentar elementos constituintes à história social dos infantes abandonados em um dado período na História do Brasil, haja vista que os achados e fontes documentais, bem como registros produzidos cientificamente constantes em artigos e livros bibliográficos retratam mais os contextos sociais dos infantes abandonados. Assim, far-se-á registros que contribuirão na ampliação das fontes de conhecimento que atrelam-se à construção social e do imaginário da infância educacional e que, futuramente, por meio de traçados abissais que constituirão memórias educacionais no período supramencionados.

A infância, roda dos expostos e seus contextos constituinte à história da educação brasileira

Estórias de abandono de crianças pelo mundo criam sentimentos de benevolência às situações vividas por elas desde os tempos primórdios. As narrativas que criam sentidos às justificativas de práticas, sempre consideradas cruéis pela própria humanidade, perpetuam-se até os tempos pós-modernos da sociedade, como bem apresentadas por alguns estudiosos como Kuhlmann Júnior (2011), Marcílio (2003), Venâncio (1999) e Mesgravis (1975). Estes estudos dedicaram-se em pesquisas instauradas no século XXI que prevaleceram o histórico de direitos da infância e fortaleceram a construção social de criança como sujeito ativo e agenciador da sociedade (OLIVEIRA, 2018).

Entretanto, por séculos, esses direitos foram impraticáveis pela própria sociedade. Além disso, os conhecimentos científicos e técnicos tardaram a apropriação devida sobre o universo e história da infância, a começar pela primeira instituição criadora da infância: a família. Ariès (2006, p. 143) afirma que a ideia de caracterização e estudo sobre família, assim como a criança e mulher, deu-se na Idade Moderna, quando se atribuiu, definitivamente, um sentimento social à organização familiar até então descrito somente sob a óptica da arte medieval.

O percurso de sobrevivência do homem se constrói bem mesmo antes do seu nascimento. Diversos fatores condicionam o seu destino, dentre eles, o mais severo, o aspecto social. A formação social do indivíduo, principalmente no contexto medieval e moderno da história, molda-se com alguns organismos que condicionam papéis e atuações do indivíduo por meio de grandes manuais de condutas.

Para amparar nessa lembrança, os estudos de Ariès (2006, p. 135) corroboram com a construção do imaginário da família. Sendo assim, essa construção se deu através da leitura iconográfica das idades da vida do homem com intensa descrição dos pontos artísticos do que ele chamou de “reunião de família”. Muitas vezes, essa reunião determinava posições e funções de cada indivíduo num contexto considerado familiar (ibidem, p. 142). Consequentemente, seus estudos foram grandes achados que se constituíram, para além da construção social da família, paralelamente a construção social da infância.

Auxiliando nos estudos, é válido também o aprofundamento da construção histórica e social da família nas percepções de Burguière (1998). Para este estudioso, a família na Idade Moderna, composta por um laço conjugal (homem e mulher) e os filhos ditos como herança, retrata a única configuração familiar reconhecida pelo Estado e Igreja à época (ARIÈS, 2006; CORRÊA, 1981). Para qualificar o empoderamento da elite, do Estado e da Igreja na vida social da sociedade, estas instituições criaram mecanismos que determinavam a ideia de família perfeita. A constituição familiar era algo sagrado, de formação unilateral, público e de geração produtiva. Fora destes moldes, outras organizações familiares não eram reconhecidas oficialmente pelas instituições normativas, principalmente as relações extramatrimoniais (ARIÈS, 2006, p. 149).

Por conta dessas constantes transformações, Burguière (1998, p. 21) corrobora com sua tese na qual relata que na Era Moderna, devido à expansão demográfica europeia, as famílias reconfiguraram-se de acordo com as “transformações econômicas e da *accção* <<modernizadoras>> dos Estados”, como também as formas de coabitação entre homens e mulheres proliferaram devido ao reforço da autonomia dos casais. Logo,

inversamente, no leste europeu, o hábito do casamento precoce e a persistência de uma grande diferença de idades entre os esposos, alimentadas pelas frequentes segundas núpcias, prolongavam a dependência dos jovens casais relativamente aos pais e as fórmulas de coabitação com eles (ibidem, p. 24).

Com este apontamento, no entendimento de Burguière (1998), essa nova perspectiva de reordenamento familiar nascera dos adventos da burguesia e do iluminismo no século XVI e com os arranjos da Revolução Industrial na Europa. Neste mesmo período, nas colônias americanas, em especial no Brasil, se fazia enraizado, ainda, fortemente a estrutura social patriarcal.

O Brasil, colonizado como América Portuguesa no século XIV, herdara como estrutura socioeconômica o sistema monárquico e mercantil falido de Portugal e como forma de domesticação dos nativos, uma civilização voltada às normas imperiais, cultura e religiosidade católica, além das práticas exploratórias de trabalho focadas na agricultura e exportação de matéria-prima. Todavia, nessa forte influência da formação social proposta pela metrópole portuguesa, os estudos de Corrêa (1981) e Freyre (2003) conduzirão o delineamento dessa composição socioeconômica da colônia brasileira.

Os estudos de Freyre (2003, p. 65) descrevem que a formação da família brasileira fora formada pela mestiçagem de portugueses, índios, nativos e negros importados pelo tráfico negreiro, no qual o autor delibera de “sociedade híbrida”. Assim, predominantemente rural e produtiva, fadada ao familismo determinado pela Igreja e pelas novas reconfigurações sociais, a família patriarcal no Brasil se organizara em nível hierárquico, nuclear e numerosa.

Já Corrêa (1981) ratifica com análises relacionais em que se configura a formação social brasileira: uma miscilagem do povo, em maior quantidade em relação aos colonos portugueses. Logo, a autora afirma que “a sociedade nestes 300 anos esteve composta de duas partes: uma familiar (a família patriarcal) e a outra não familiar, que reunia maioria da população, a ‘massas anônima dos socialmente degradados’” (ibidem, p. 7).

Nesta afirmação, Corrêa (1981) diz que a sociedade brasileira, encaminhada para o século XIX, formara-se nesta superestrutura e até aponta como uma possível formação de “uniões irregulares” (ibidem, p. 10). Todavia, para uma sociedade patriarcal, outras formações familiares são imorais, pecáveis, irreconhecidas e desqualificadas. Para aprofundamento destas percepções, que serão de grande relevância para a proposta de estudo sobre possíveis origens sociais de infantes abandonados nos séculos XIX e XX, os estudos de Torres Londoño (1999) proporcionarão factuais ligações desses desarranjos familiares. Para ele, esses desarranjos são intitulados como concubinatos e que são praticados desde a antiguidade. Concubinatos eram “relações maritais tidas com mulheres inferiores ou de comportamentos duvidosos [...], não gerava os vínculos e direitos reconhecidos ao casamento (TORRES LONDOÑO, 1999, p. 21).

Pelos costumes morais e religiosos, essas relações extraconjugais transformaram-se num “estado criminal” (FREYRE, 2003; TORRES LONDOÑO, 1999), como crime de adultério. Durante apropriação dos fatores que determinam esse tipo reconfiguração social da família, Torres Londoño constata que há um aumento considerável de concubinato no século XVIII quando realizou levantamento de atas de batismos, concluindo, assim, um grande número de registros de crianças com a declaração de pai como “incógnito” (TORRES LONDOÑO, 1999, p. 57).

É nesta perspectiva que o estudo delimita as origens sociais dos infantes expostos por seus familiares e parentes. Além de serem consideradas “crianças indesejáveis”, frutos de contextos extraconjugais, outras origens também são consideradas, como nos ensaios de Megravis (1975), no qual a autora identificou motivos como, além do adultério, facilidades de mão-de-obra infantil para o mercado de trabalho, guerras, infanticídios praticados com crianças de necessidades especiais, imigração, crianças órfãs, etc.

Dos relatos sobre abandono de crianças em idade tenra, os levantamentos bibliográficos realizados por este estudo, com parâmetros “Roda dos Expostos”, “Infância no século XVIII”, “abandono infantil”, realizados em repositórios Scielo, Universidade Estadual do Maranhão, Universidade Federal do Maranhão, Banco Digital de Teses e Dissertações e Google Acadêmico, depararam-se com ensaios de Venâncio (1999), Paula (2009), Porto (2011) e Rocha (2010), que apontam a questão do adultério como a justificativa mais cruel para os casos de rejeição. Assim, Venâncio (1999, p. 18) demonstra que o abandono é um caso de desafeto ou desamor à prole, uma perversidade familiar. Ainda, o autor afirma que “o descuido em relação às crianças era geral na sociedade da época”.

Asseverando para construção social do infante exposto, especificamente do seu perfil, os estudos de Brügger (2006) e Dias (2018) demonstraram o perfil da criança por meio minucioso de descrição dos primeiros sinais encontrados com a criança no momento do abandono: local, roupas, bilhetes ou cartas deixadas pelos pais, registros de batismos, etc. Assim, é possível caracterizar, às vezes, o real motivo do abandono, bem como detalhes do nascimento do infante, até então guardados sob sigilo.

Para amenizar as situações de abandono infantil, surgem as casas de caridade com o

objetivo de abrigar os enjeitados, cuja dupla finalidade, segundo Venâncio, foi de evitar “o infanticídio e possibilitar que os cristãos exercessem a caridade e o amor ao próximo” (1999, p. 24, grifo nosso).

Nesta perspectiva, a Igreja foi uma das primeiras instituições a se preocupar e cuidar dos enjeitados, bem mesmo antes da constituição das casas de caridade. No Brasil Colonial, segundo Torres (2006), a figura dos padres jesuítas eram os de consoladores dos pequenos índios perdidos de suas famílias e dos filhos dos escravos. Assim, as primeiras instituições de caridade ficaram sob a rédea dos jesuítas nesse período. Após a expulsão dos mesmos, no século XVII, o governo viu-se obrigado a condicionar espaços para atender as demandas dos enjeitados. Venâncio (1999) relata que estes espaços foram oriundos dos hospitais, em primeiro lugar, que deveriam arcar com o socorro dos infantes. Desta maneira, surgem, segundo Torres (2006, p. 105) as Santas Casas de Misericórdia, que foram instaladas e expandidas pelas vilas e cidades brasileiras e atendiam os enjeitados em seus diversos contextos.

O Brasil importou a organização administrativa dos espaços de acolhida dos enjeitados. Desta feita, nomeou-se estes espaços em “Roda dos Expostos”, cujas primeiras casas surgiram na Europa no século XII (Itália) e que os portugueses trouxeram para o território brasileiro. A instalação da Roda dos Expostos, em que se consistia num repartimento de madeira em formato de cilindro instalado às portarias ou janelas das Santas Casas de Misericórdia, tinha por finalidade, conforme Torres (2006, p. 105), evitar os crimes morais da sociedade, principalmente pelo adultério, como se lê

O comportamento feminino austero era uma regra para a população branca, ficando a mulher sujeita à condenação moral ela sociedade [...] O reconhecimento público da paternidade de um filho bastardo era um ato constrangedor [...] ao abandono poderiam estar ligados à morte repentina dos pais [...] grande mortalidade de mães no parto [...] a gravidez e o parto clandestino, seguidos do abandono da criança [...] o fator econômico poderia levar ao abandono [...] para uma família estruturada, mas de poucos recursos, o nascimento de uma criança com problemas físicos ou mentais [...].

Para legitimidade da Roda dos Expostos, o governo português delegou responsabilidade às Câmaras provinciais, cujas eram responsáveis pela legalidade e repasse de recursos do governo para a manutenção destas casas. Com aspecto filantrópico, a elite, por meio das damas da sociedade, fazia suas caridades como forma de “amenizar” as diferenças sociais no assistencialismo aos expostos.

Nos primeiros levantamentos para o estado da arte para declinar a proposta desta pesquisa, foi evidenciado que o caráter assistencialista era predominante nos serviços prestados à Roda dos Expostos. Uma vez abandonada, a criança era recebida na roda por uma porteira de aparência amável, de idade e de bons costumes, que se responsabilizava em oferecer os primeiros cuidados de saúde e nutrição. A este tipo de assistência, valorizavam-se mais ações com foco na higienização e condições de vida dos expostos. Nascimento (2008, p. 25) chama tal caráter de “filantropia higiênica, baseada nos preceitos da medicina social, delimitando uma ruptura com o tipo assistência aos desafortunados de inspiração cristã”.

As primeiras descrições dos atos de cuidar e educar dos infantes na Roda dos Expostos partem das reflexões tecidas por Venâncio (1999), Mesgravis (1975), Marcílio (2003). Assim que entregue à Roda do Exposto, a criança também era avaliada por uma junta de profissionais (médicos, enfermeiros e juizes) que determinavam seu destino de acordo com o seu contexto. Venâncio (1999) corrobora com a descrição burocrática de todo o processo de registro em livros e profissionais habilitados a oferecer as primeiras assistências ao exposto até que, por derradeiro, o mesmo era entregue às amas de leite (na idade de 0 a 3 anos), seca (de 3 a 7 anos) e à criandeira (famílias voluntárias) ou instituições de aprendizes (para os meninos) ou de recolhimento (para as meninas) a partir dos 7 anos.

Outras características consideradas importantes nos dados estatísticos apresentados por Venâncio (1999) e Brügger (2006) estão o sexo, idade e cor. Durante o funcionamento da

Roda dos Expostos, o ingresso das crianças por gênero era proporcionalmente igual. A população branca predominava nos primeiros anos de assistência, bem como na população absoluta. Portanto, “tal constatação dá novo fôlego à interpretação que associa o abandono aos deslizes morais das mulheres da elite” (ibidem, p. 50).

A organização dos trabalhos na Roda dos Expostos era regida por um regulamento interno qualificando o trabalho de cada profissional envolvido. Sob tutela da Roda dos Expostos havia um médico responsável pelas atividades medicinais no espaço e um mordomo, responsável direto pelo funcionamento do sistema da roda.

Em relatos de Mesgravis (1975), a Roda dos Expostos possuía seu ritmo de trabalho e que se diferenciam de acordo com sua localização e contexto. Na Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, por exemplo, os registros sobre os expostos eram lançados frequentemente num diário por uma “zeladora dos expostos”. Esta, por sua vez, além de cuidar da escrituração dos expostos matriculados, se “encarregava de cuidar das crianças até que fossem entregues às amas” (ibidem, p. 417). A mesma autora descreve, ainda, que as amas de leite, pessoas responsáveis pela criação e amamentação dos infantes até os três anos, recebiam pagamentos mensais e que, em boa parte, eram índias ou negras que serviam de “freguesia” à Santa Casa de Misericórdia. As amas secas, responsáveis pelos cuidados dos infantes de três a sete anos, recebiam vantagens pela criação dos mesmos em menor proporção às amas de leite.

Esses profissionais, principalmente as amas, não possuíam nenhuma qualificação para criar os infantes. Boa parte oferecia o básico para garantir o recebimento dos valores pelos serviços prestados, mas também há registros de muito descuido, chegando os expostos ao óbito e que eram omitidos pelas amas, nas quais somente visavam o recebimento do dinheiro. Marcílio (2003, p. 72) corrobora com o perfil das amas sendo “em quase totalidade mulheres extremamente pobres, solteiras, ignorantes e residentes na cidade. Algumas eram mulheres casadas ou escravas”.

O Brasil foi um dos países a utilizar a Roda dos Expostos por muito tempo. Marcílio (2003) relata que a roda sobreviveu a três regimes de governo e que há registros, pelo menos, de 13 Rodas de Expostos criadas sob tutela do governo pelo Brasil. A preocupação em oferecer assistência e proteção aos infantes era o norte dos trabalhos da Roda dos Expostos. Entretanto, os poucos investimentos e irregularidades das verbas repassadas pelo governo eram insuficientes para oferecer a assistência aos infantes, além da má administração. Já as doações da elite também não supriam as necessidades, principalmente por conta das instabilidades políticas dos governos e alternâncias de responsabilidades civis.

Após entraves políticos, os avanços na organização do sistema educacional brasileiro ocorreram a partir de 1930 e com o advento das creches, a Roda dos Expostos foi extinta e outras formas de suprir o assistencialismo aos infantes surgiram. Deste caráter, o governo passou a organizar espaços assistencialistas e educativos para atender reivindicações sociais e trabalhistas das classes operárias e subalternas.

A realidade educacional para a infância nos séculos XIX e XX e os profissionais de educação na roda dos expostos

A educação infantil surgiu oficialmente da organização de espaços com finalidade de atender as crianças pobres e mães trabalhadoras a partir do século XVIII. Segundo Kuhlmann Júnior (2001, p. 5), estas instituições, denominadas também de escolas de principiantes”, tinham por obrigações de formar

[...] ali a criança que deveria aprender: perder os maus hábitos, adquirir hábitos de obediência, sinceridade, bondade, ordem, etc; conhecer as letras minúsculas; soletrar; pronunciar bem as palavras e sílabas difíceis; conhecer a denominação francesa correta das coisas que lhe mostram e adquirir as primeiras noções de moral e religião (grifo nosso).

Kuhlmann Júnior ainda admite que a educação infantil foi, também, “concebida sob uma perspectiva de prover cuidados e educação moral e intelectual às crianças”. Novamente, para atender os princípios do cuidar, a figura feminina encaixa-se perfeitamente para conciliar estes processos assistencialistas provenientes ao cuidar doméstico e familiar. Na Europa, damas da elite estruturaram propostas de “jardim de infância”, cujo objetivo era “formar crianças felizes, dóceis, indiretas e aptas à sociedade para preservação da ordem social e a reprodução dessa ordem para sempre” (ibidem, 2001, p. 8).

No aspecto formativo do trabalho docente, após a expansão dos jardins de infância na Europa por seu percussor Friedrich Fröbel, idealizou-se uma proposta de formação docente num contexto francês, em que realizavam certificações para a prática docente. Já nos EUA, as práticas docentes passaram por estruturas da pedagogia da Escola Nova de John Dewey e a disseminação de tais práticas eram realizadas em congressos internacionais de educação. No continente asiático, como afirma Kuhlmann Júnior (2001, p. 19), os colonizadores ingleses idealizaram manuais que “mesclavam o empreendimento colonizador com a adaptação à cultura indiana”.

Em linhas gerais, analisando as literaturas sobre o propósito da formação docente, as mesmas seguem a mesma linha ideológica de preparação para que os docentes atuam no dualismo educacional. Neste contexto, Kuhlmann Júnior (2001, p. 22) cita que as instituições para Educação Infantil, na Europa, eram nomeadas de “escola de segunda classe” para as famílias pobres e “escolas de primeira classe” para a elite. Partindo desta lógica, a formação de professores também seguiria essa dualidade para preparar e formar professores: os formados, por exemplo, em Manchester para atuar nas escolas da elite e os formados com pouco conhecimento técnico, mas com muito boa vontade, para atuar nas creches.

No Brasil, a preparação de professores à época colonial e regencial foi precária e seguiu-se aos moldes da Companhia de Jesus, logicamente herdados das estruturas formadoras dos padres da Igreja Católica advindos da Europa e trazidos pelos portugueses. É sabido que tal formação docente neste período baseava-se nas disciplinas acadêmicas do *Ratio Studiorum*¹, com objetivo de transmitir oralmente os conteúdos defendidos pela Igreja que promoviam o acultramento do indivíduo pelos princípios religiosos da Igreja. Os professores passavam por formações em seminários com foco na retórica, ou seja, ser um excelente pregador. Vieira e Gomide (2008, p. 3837) corroboram com ensaios sobre essa formação inicial:

Destarte, os primeiros professores brasileiros recebiam uma formação baseada nos clássicos antigos, voltada a padrões da sociedade europeia cristã, que privilegiavam a retórica com a eloquência cicero-niana como marca na formação de representantes da Companhia de Jesus. Essa formação, recebida em Portugal ou, mais tarde, no Brasil, constituía a primeira e marcante influência externa na formação de professores da terra recém conquistada.

As mesmas autoras também reafirmam com estudos acerca da transição do sistema educacional do modelo jesuítico para uma nova estrutura administrativa educacional implantada com a reforma pombalina (BRASIL, 1827) no século XVIII: foco nas aulas régias com sequências didáticas que voltavam-se ao novo ideário de organização social, ou seja, o iluminismo. Exigia-se, então, uma formação docente “voltada ao progresso científico e à difusão do saber. Era necessário disseminar uma cultura de base, com o ensino da literatura, da escrita e do cálculo, além dos conhecimentos relacionados às obrigações religiosas e civis” (VIEIRA; GOMIDE, 2008, p. 3838).

Esta nova estrutura não vingou na prática de formação docente no Brasil. O dismantelo educacional pombalino acarretou no retrocesso ao sistema educacional e na formação primária e secundária de professores. Trouxe, somente, a livre docência de professores para os estudos menores, onde profissionais sem quaisquer preparações, organizavam suas propostas

¹ Conforme Zotti (2006), *Ratio Studiorum* era o currículo jesuítico que constituía-se de um ensino doutrinado na perspectiva religiosa, dos bons costumes e primeiras letras. Para a colônia brasileira, o foco do currículo era a catequização dos nativos (negros e índios); já para a elite, o ensino das línguas e preparação de domínio mercantil.

de trabalho baseando-se nas estruturas incertas das “aulas régias”, com foco nas letras, gramática, línguas grega e hebraica, filosofia moral e racional (boa tarde destas estruturas permaneciam do currículo do *Ratio Studiorum*).

É também com a reforma pombalina que se organizou o primeiro concurso docente no Brasil (BRASIL, 1827), mas sem as devidas nomeações para atuação do cargo e que escolas jesuítas foram fechadas, ficando os professores responsáveis por organizarem seus próprios espaços para ministrarem suas aulas, principalmente para atenderem aos anseios de escolarização das classes populares. A reforma pombalina privilegiou a reestrutura do sistema educacional português, modernizando-o conforme as aspirações europeias. Já no Brasil, esta motivação só logrou muitos anos depois do fracasso do primeiro desarranjo educacional citado anteriormente.

Reafirmando o descrédito da reforma educacional no Brasil neste período e para compensar tal dismantelo, o governo português criou um imposto chamado de subsídio literário, que visava arrecadar fundos para financiar a educação no Brasil. Zotti esclarece que

o Brasil não é contemplado com as novas propostas que objetivavam a modernização do ensino pela introdução da filosofia moderna e das ciências da natureza, com a finalidade de acompanhar os progressos do século (ZOTTI apud SECO; AMARAL, s.d, p. 8).

Com o fim do período colonial e a instauração da primeira lei que trata da “instrução elementar” no Brasil (BRASIL, 1827), criando condições de acesso, currículo e público a ser atendido. Zotti argumenta a falta de responsabilidade do governo em administrar o ensino público e laico, além de outras desqualificações do sistema educacional, como “falta de professores qualificados, de remuneração adequada, de fiscalização, dentro outras” (2006, p. 5). Outra tentativa de reorganização da educação no período imperial ocorreu em 1854, valorizando-se uma proposta de currículo para instrução primária com fortes princípios na concepção educativa francesa, porém sem deixar de contemplar o trivial do ensino já herdado no período colonial, neste último, para a educação primária e assistencialista: aulas de leitura, escrita, cálculo e instruções morais (currículo humanista clássico).

Posterior a este período, já o republicano, novas discussões foram fomentadas para adequar o sistema educacional aos novos rumos republicanos (político, econômico e sociocultural). Vieira e Gomide (2008, p. 3840) enaltecem que o novo “ponto de vista pedagógico [...] o método intuitivo, que surge como ‘um instrumento pedagógico’ capaz de reverter a ineficiência do ensino escolar”. Neste contexto, a formação docente era pautada e práticas oriundas das concepções estrangeiras, em especial nos ideários de Pestalozzi e Fröbel para a primeira infância.

Com foco no currículo positivista, as críticas nas propostas de formação docente eram imensuráveis, pois a falta de profissionais empoderados com essas novas concepções impossibilitavam a expansão da formação e preparação de professores, restando, assim, à grande maioria dos docentes continuarem a exercer suas práticas nos moldes dos currículos jesuíticos herdados do período colonial. O dualismo pedagógico na formação docente segue na mesma proporção do dualismo educacional para a sociedade: preparação elementar para aqueles que se habilitavam a atuar em instituições públicas ou privadas sem fins lucrativos (casas de caridades ou confessionais) para atender as classes populares; preparação superior aos moldes dos contextos norte-americanos e europeus para atender a elite dominante (ZOTTI, 2006).

Os profissionais atuantes na Roda dos Expostos, em especial nos seminários para onde se deslocavam os infantes a partir de sete anos, eram missionários da igreja, haja vista que o governo não se preocupava em organizar espaços educativos para os expostos e, tão pouco, disponibilizava profissionais para tais ofícios. Desta forma, era muito comum a contratação de irmãs de caridade para cuidar dos expostos naquela época.

Em sua formação, elas herdaram as propostas do currículo jesuítico, o que gerava muita preocupação para os instrutores de ensino (formadores e fiscalizadores do trabalho docente à época), tendo em conta que os ideários de educação no Brasil começaram a ter influências

de formações europeias, como já dito anteriormente, inspirados nas ideias de Fröbel (para o jardim de infância) e, posteriormente, Ovide Declory (para os grupos escolares maiores de bairro).

Perdurou-se por várias décadas a forma rígida, religiosa, instrução mínima e de semi-profissionalização da educação para os expostos sob rédea das irmãs, o que preparava, literalmente, as crianças expostas para servi, em idade oportuna, as necessidades trabalhistas da elite (principalmente com serviços domésticos). Somente a partir de 1930, com o fervor dos movimentos educacionais como o Manifesto Pioneiro da Educação em 1932, este tipo de educação começou a mudar de modo sistemático com os novos profissionais formados nos princípios ideários escola-novista.

Grandes nomes serviram de referência para a organização curricular e formação do trabalho docente nos espaços educativos da Roda dos Expostos: no Rio de Janeiro, a referência com a professora Heloisa Marinho e, em São Paulo, Alice Meirelles Reis.

As contribuições de Heloisa Marinho advêm do “otimismo e entusiasmo” vivenciado pela educação brasileira na década de 1920. Com criação europeia, Heloisa tornou-se grande estudiosa dos métodos de Pestalozzi e da Escola Nova, dedicando-se assim aos estudos da educação infantil com foco na linguagem e na formação de professores, estando à frente de grandes instituições formadoras para os trabalhos na Educação Infantil no Rio de Janeiro (VAROTTO-MACHADO, 2015).

Já Alice Meirelles Reis, grande estudiosa dos Jardins de Infância (VAROTTO-MACHADO, 2015), inspirou-se nos estudos de Fröbel e Montessori para afirmar a aprendizagem por experimentação (materiais concretos) e a defesa do espaço livre para o desenvolvimento infantil.

É notório o comentário de que ambas as estudiosas possuem vertentes de formação da área da saúde, o que configura nos estudos de Varotto-Machado (2015) a tendência à educação higienista proposta no Brasil República do início do século XX.

Portanto, cabe ressaltar, novamente, que expressa um círculo (intitulado pela própria roda) de que as tratativas entusiastas da educação elitizada não sobressaíram nos trabalhos realizados pelos profissionais da Roda dos Expostos pelo tempo de sua existência, uma vez que tais ideias escolanovista difundiram-se após a extinção da Roda dos Expostos, perdurando pouco tempo as motivações nesses espaços caritativos de assistência aos infantes abandonados.

O legado educacional para os expostos

A educação dos expostos nas casas de caridade sempre ficou a cargo dos serviços prestados pelos institutos religiosos, em especial padres, congressistas missionários ou filantrópicos da elite.

Até meados de 1930, os expostos eram educados de acordo com suas realidades locais. Os avanços mais significativos de educação para os expostos deram-se nas cidades de Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo, onde havia maior concentração social e econômica, podendo a elite, de certa forma, compensar as caridades prestadas em forma de assistencialismo.

Para compensar a instrução elementar, oriunda da tarefa familiar, os infantes de zero a 07 anos permaneciam com as amas, cuja finalidade era compensar tal instrução. Assim, Marcílio (2003) trouxe em seus escritos que após o período de criação com as amas, as crianças expostas voltavam para os espaços caritativos.

O período de escolarização para os expostos iniciava a partir dos 07 anos, onde eram conduzidos aos asilos ou internatos para a devida atividade escolar. Estes espaços, segundo Kuhlmann Júnior e Rocha (2006, p. 606), eram chamados de “jardins de infância”, nos quais as crianças recebiam as principais orientações ainda constituídas num currículo pragmático do período colonial: foco na disciplina, nos bons hábitos, na linguagem e no registro, como justifica-se os próprios autores:

Nas linhas iniciais reclamavam do comportamento dos alunos. ‘Fomos assaltadas por grande desânimo diante da indisciplina e falta de bons hábitos de algumas crianças’. Porém, segundo elas, com a retirada dos alunos mais problemáticos e apoiadas que foram pelas Irmãs, “conseguimos, não tanto como

pretendíamos, mas melhorar não só a disciplina como a formação de bons hábitos sociais e morais [...]. Foi necessária a presença da pajem para que pudessem ensinar como formar uma fila ou mesmo sentar [...] em relação ao desenho, segundo elas, consistiram “em garatujas e mais tarde, objetos conhecidos [...]. Segundo as professoras, em termos de higiene, as crianças estavam “bem observadas, roupa simples e asseada; falta de calçados para a classe masculina [...] Quanto à linguagem, “péssima, quanto aos termos e à pronúncia”. Para melhorá-la, foram utilizados os seguintes meios: correção dos defeitos da linguagem em todas as oportunidades; deixar a criança falar, ouvir e conversar; palestras; dar o nome apropriado para o material; histórias contadas e repetidas pelas crianças com auxílio de perguntas; memorização de pequenas poesias [...]. Em relação a outras atividades desenvolvidas, citaram canto, jogos organizados, exercícios sensoriais (de atenção, cores, formas e raciocínio) e hábitos de ordem. “Conseguimos os hábitos de ordem, aproveitando todas as oportunidades como escolher, brincar e guardar material, formar a fila etc.

As primeiras construções de asilos para os expostos ainda ocorreram no período imperial. Segundo Silva (2010, p. 50), os primeiros registros de solicitação pela Irmandade foram a “construção de instalações próprias para a criação e educação dos expostos” como extensão dos hospitais da Santa Casa de Misericórdia. A necessidade de construção de espaços específicos para os expostos, como Rocha (2010, p. 221) relata em sua tese, deu-se a partir da grande taxa de mortalidade das crianças de zero a 03 anos sob tutela das amas. Como dito anteriormente e, corroborando Silva (2010, p. 91),

a mortalidade infantil era atribuída à ignorância das amas que não seguiam os preceitos higiênicos, uma vez que para o mordomo ‘ignorantes, essas mulheres não compreendem as regras de higiene alimentar necessárias à boa saúde criança nem outros cuidados exigidos para encaminhamento normal desses frágeis organismos.

Também há reconhecimento das falhas do Estado enquanto ente responsável pela administração e oferecimento de condições adequadas para receber os expostos, o que corrobora para o grande índice de mortalidade nos primeiros anos de vida dos expostos, haja vista que nem sequer pontos de atendimento médico eram ofertados aos infantes que viviam fora do asilo da Roda dos Expostos durante suas estadias com as amas. Somente após as grandes transformações educacionais e com a tutela do Estado sob esses espaços começou-se a estruturar os berçários, espaços dedicados e específicos para as crianças infantes de zero a 03 anos. Mesmo com a abolição da Roda dos Expostos com o Código dos Menores de 1927, esses berçários eram “a principal porta de entrada das crianças” abandonadas, como enfatiza Silva (2010, p. 96),

O que mudou radicalmente foi o sistema de criação: as crianças de 0 a 3 anos não eram mais enviadas às amas, permanecendo internas no Berçário, saindo apenas quando reclamadas pelos pais, dadas em adoção, encaminhadas a outras instituições ou transferidas para o Asilo dos Expostos ao completarem 3 anos de idade.

Os cuidados para os infantes de zero a 03 anos eram sistemáticos, com registros médicos 24 horas, além de assistência afetiva e social prestada pelas damas de caridade da sociedade, que, conforme Silva (2010, p. 97), de forma altruística, ofertam as atenções necessárias aos infantes, contribuindo para um ambiente menos penoso para os expostos. Essas mudanças contribuíram significativamente para queda da mortalidade infantil dos expostos após 1930, formando-se assim uma nova concepção de criança a partir das novas releituras científicas

sobre a forma de ver a criança em seus aspectos, sociais, afetivos, físicos, cognitivos, culturais e fisiológicos (ROCHA, 2010, p. 224).

A educação tornou-se ponto de preocupação a partir de 1930, com a reorganização da Roda dos Expostos definido em novos espaços: berçário (zero a 03 anos), jardim de infância (03 a 07 anos), asilos (07 a 12 anos) e instituições profissionalizantes (a partir dos 12 anos). De fato, a maior preocupação era adequar a educação dos infantes e das meninas a partir dos 07 anos, principalmente pelo contexto social, político e econômico vivido no Brasil na década de 1930: crescente urbanização e desenvolvimento industrial.

Logo, a preocupação era preparar os infantes para, futuramente, serem qualificados para o mercado de trabalho. Tais preocupações levantadas pelos profissionais responsáveis pela Roda dos Expostos (o mordomo) era a forma em que as crianças, em especial as meninas, eram educadas. As instruções oferecidas pelas irmãs de caridade, as religiosas, eram alheias ao mundo real das meninas, tornando-as vulneráveis às situações do cotidiano na sociedade brasileira, como ressalta Silva (2010, p. 72):

As assistentes sociais fizeram um levantamento dos problemas existentes no Asilo e constataram que as meninas desconheciam totalmente a vida fora e, mais grave, tinham uma ideia absolutamente falsa do que as esperaria do mundo, falta de capacidade de esforço, negligência com o trabalho e com a própria higiene e mentalidade retardada em consequência do regime de segregação em que viviam, uma vez que o 'regime a que estavam sujeitas **não substituiu de modo algum a família que perderam, criadas em** atmosfera diversa da normal, apresentavam anormalidades evidentes [...]. Assim, era preciso corrigir esta falha, proporcionando a elas um futuro meio de vida e motivos de vida.

O caráter assistencialista ainda predominava sobre o caráter educacional, principalmente com a criação de órgãos específicos para cuidar da primeira infância, como Conselho Nacional de Serviço Social (em 1938), Departamento Nacional da Criança (1940), Serviço Nacional de Assistência a Menores – SAM (1941) e Legião Brasileira de Assistência – LBA (1942). Todos estes serviços tinham por objetivo promover a assistência à criança abandonada e, agregada à categoria, aos menores vulneráveis, prestando serviços médicos, psicológicos, educacionais e sociais.

Logo, sempre a preocupação em atender e cuidar prevalece sobre o ato de educar. Esta lógica ainda se perpetua nas práticas atuais, principalmente pela precariedade dos espaços estruturados para a educação infantil, além da baixa quantidade de vagas para atendimento às crianças das classes operárias, dependendo do amparo público para atender suas necessidades.

Considerações Finais

Evidenciou-se por meio dos levantamentos bibliográficos e documentais que a Roda dos Expostos foi um espaço criado para dar continuidade à forma de assistência às crianças abandonadas por seus familiares, já ofertada pela Igreja no período colonial no Brasil. Apesar da existência desde o século XII, a Roda dos Expostos no Brasil vingou a partir do século XVIII, sendo as cidades de Recife, Salvador e Rio de Janeiro as primeiras a adotarem o sistema para o devido acolhimento das crianças abandonadas. Notou-se, também, que o maior motivo do abandono infantil é o crime moral advindo do adultério dos pais e a vergonha em assumir frutos de relações proibidas e julgadas pecadoras pela sociedade civil e religiosa.

Uma das inquietações promovidas por diversos autores que se debruçaram pelos estudos da Roda dos Expostos é pela negligência prolongada do Estado, enquanto ente tutelar dos expostos, relacionada às condições físicas e instrucionais oferecidas aos enjeitados: total precariedade nas instalações, falta de preparo dos profissionais atuantes com as crianças e

total submissão delas ao confinamento, seja nas casas das amas (para as crianças de zero a 07 anos) ou nos asilos (para os infantes a partir de 07 anos). O serviço educacional era ofertado em condições mínimas, moldados ainda à época da educação jesuítica, pautada na moralidade e credices religiosas tornando as crianças alheias ao mundo e suas respectivas evoluções conforme o contexto histórico, haja vista que a Roda dos Expostos sobreviveu a três tipos de organização política no Brasil: colônia, império e república.

A grande incógnita nos serviços prestados pela Roda dos Expostos traz diferentes leituras acerca de suas atribuições, haja vista que em cada Roda instaladas nas vilas e cidades, que era mantida pelas Santas Casas de Misericórdia (hospitais públicos para os vulneráveis), tinha seu ritmo de trabalho e diferenciava muito nas formas de tratamento aos expostos. Há mais registros consolidados em pesquisas acadêmicas sobre as Rodas dos Expostos das regiões sul e sudeste do Brasil.

Grandes nomes contribuíram para a reorganização educacional na Roda dos Expostos, principalmente a partir da década de 1930, com as influências de grandes educadores como John Dewey e Ovide Decroly, nas práticas identificadas das educadoras brasileiras Heloisa Marinho, no Rio de Janeiro, e Alice Meirelles Reis, em São Paulo, respectivamente. Essa preocupação no rearranjo educacional deve-se a diversas situações levantadas pelos profissionais responsáveis pela Roda dos Expostos, o mordomo, na forma em que as crianças, em especial as meninas, eram educadas. As instruções oferecidas pelas irmãs de caridade, as religiosas, eram alheias ao mundo real das meninas, tornando-as vulneráveis às situações do cotidiano na sociedade brasileira. Desta forma, um novo currículo foi proposto para amenizar tais divergências na educação das crianças da Roda dos Expostos.

À luz da realidade da sociedade contemporânea brasileira, encontra-se algumas semelhanças à ideologia e organização educacional destinada à primeira infância: muita oferta para poucas vagas, pendência de políticas de formação dos profissionais que trabalham com a primeira infância unificada e que visem realmente toda a estrutura de formação da criança, delimitação dos espaços educativos destinados exclusivamente às crianças (este último é recorrente as adaptações de espaços para utilização das crianças).

Referências

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Traduzido por Dora-Flaksman. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BRUGGER, Sílvia Maria Jardim. **Crianças Expostas: um estudo da prática do enfeitamento em São João del Rei, Séculos XVIII e XIX. Topoi (Rio J.)**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 12, p. 116-146, junho 2006. Disponível em: [dx.doi.org/10.1590/2237-101X012007004](https://doi.org/10.1590/2237-101X012007004). Acesso em: 12 jul. 2019.

BURGUIÈRE, André et al. **História da Família. O choque das modernidades: Ásia, África, América, Europa**. v. 3 Lisboa. Terramar: 1998.

BRASIL. Lei do Ensino de Primeiras Letras. **Coleção de Leis do Império do Brasil - 1827**, Página 71 Vol. 1 pt. I (Publicação Original). Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-38398-15-outubro-1827-566692-publicacaooriginal-90222-pl.html. Acesso em: 04 dez. 2018.

CORRÊA, Mariza. Repensando a família patriarcal brasileira. **Cadernos de pesquisa**, n. 37, p. 5-16, 2013. Disponível em: www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/cp/arquivos/475.pdf. Acesso em: 08 jul. 2019.

DIAS, Elizangela Nivardo. O sinal é este mesmo bilhete: uma tipologia documental para os escritos da roda dos expostos. 2018. **Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa)** - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. doi:10.11606/T.8.2019.tde-14022019-104427. Acesso em: 06 jul. 2019.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala**. Global Editora e Distribuidora Ltda., 2003.

KUHLMANN Júnior, Moysés. **Infância e educação infantil: uma abordagem histórica**. Editora Mediação, 2011.

_____. ROCHA, José Fernando Teles da. Educação no asilo dos expostos da Santa Casa em São Paulo:1896-1950. **Caderno de Pesquisa. Periódico Scielo**. Volume 26 – número .129. São Paulo Set./Dec. 2006. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-15742006000300005>. Acesso em: 04 nov. 2018.

_____. O jardim de infância e a educação das crianças pobres: final do século XIX, início do século XX. In MONARCHA, Carlos (org). **Educação da infância brasileira: 1875 – 1983**. Campinas, SP: Autores Associados, 2001. p. 3-30.

LONDOÑO, Fernando Torres. **A outra família: concubinato, Igreja e escândalo na colônia**. Edições Loyola, 1999.

MARCÍLIO, Maria Luiza. A roda dos expostos e a criança abandona no Brasil. In FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). **História social da infância no Brasil**. 5. Edição. São Paulo: Cortez, 2003. p. 51-76.

MESGRAVIS, Laima. A assistência à infância desamparada e a Santa Casa de São Paulo: a roda dos expostos no século XIX. **Revista de História**, v. 52, n. 103, p. 401-423, 1975. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revhistoria/issue/view/9784>. Acesso em: 04 nov. 2018.

NASCIMENTO, Alcileide Cabral do. A sorte dos enjeitados O combate ao infanticídio e a institucionalização da assistência às crianças abandonadas no Recife (1789-1832). 2006. **Tese (Doutorado)**. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/703>. Acesso em: 08 dez. 2018.

OLIVEIRA, Fabiana Luci de. Sociologia da Infância no Brasil: quais crianças e infâncias têm sido retratadas? **Revista Semestral do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar**, v. 8, n. 2, p. 441-468, 2018. Disponível em: <http://doi.editoracubo.com.br/10.4322/2316-1329.067>. Acesso em: 06 jul. 2019.

PAULA, Thiago do Nascimento Torres de. Teias de caridade e o lugar social dos expostos da Freguesia de N^a Sr^a da Apresentação: capitania do Rio Grande do Norte, século XVIII. 2009. **Dissertação de Mestrado**. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/16936>. Acesso em: 08 jul. 2019.

PORTO, Rosane de Albuquerque. Roda dos expostos: deslocamentos do livro ao jornal. **Tese (doutorado)** - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Programa de Pós-Graduação em Literatura, Florianópolis, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/130857>. Acesso em: 10 jul. 2019.

ROCHA, José Fernando Teles. Do asilo dos expostos ao berçário: assistência e proteção à criança abandonada na cidade de São Paulo (1896-1936). 2010. **Tese de Doutorado**. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/251322>. Acesso em: 08 dez. 2018.

SILVA, Maria Beatriz de Oliveira e. A irmandade da misericórdia de São Paulo e a assistência aos expostos: recolher, salvar e educar (1896 a 1944). 2010. **Dissertação (mestrado)** –Pontifícia

Universidade Católica de São Paulo, 2010. Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/handle/handle/10797>. Acesso em: 04 dez. 2018.

TORRES, Luiz Henrique. “A casa da roda dos expostos na cidade do Rio Grande”. **BIBLIOS – Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação (periódico da Universidade Federal do Rio Grande do Sul)**. Volume 20: 2007 – páginas 103-116. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/biblos/article/viewArticle/724>. Acesso em: 4 nov. 2018.

VENÂNCIO, Renato Pinto. **Famílias abandonadas: assistência à criança de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador – Séculos XVIII e XIX**. Campinas. Papius:1999.

VIEIRA, Alboni Marisa Dudeque Pianovski. GOMIDE, Angela Galizzi Vieira. “História da formação de professores no Brasil: o primado das influências externas”. Comunicação do trabalho apresentado VIII Congresso Nacional da Educação – EDUCERE. 2008, Curitiba. **Anais online do VIII Congresso Nacional da Educação – EDUCERE**. Disponível em: <http://educere.pucpr.br/p1/anais.html?q=historia+da+forma%C3%A7%C3%A3o+de+professores+no+brasil>. Acesso em: 02 dez. 2018.

SECO, Ana Paula. AMARAL, Tania Conceição Iglesias do. Marquês de Pombal e a reforma educacional brasileira. História da Educação Brasileira: Colônia Período Pombalino (1750 a 1822) – **Faculdade de Educação UNICAMP**. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/periodo_pombalino_intro.html. Acesso em: 02 dez. 2018.

SILVA, Maria Beatriz de Oliveira e. A irmandade da misericórdia de São Paulo e a assistência aos expostos: recolher, salvar e educar (1896 a 1944). 2010. **Dissertação (mestrado)** – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2010. Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/handle/handle/10797>. Acesso em: 04 dez. 2018.

VAROTTO-MACHADO, Michele. A Educação das Crianças Menores de 06 anos sobre a perspectiva de Heloísa Marinho, Nazira Féres Abi-Sáber, Celina Airli e Nina e Odilon de Andrade Filho: Uma análise de suas Ideias Pedagógicas (1934-1971). 304 f. 2015. **Tese (Doutorado em Educação)**, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/7066/TeseMVM.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 01 abr. 2019.

ZOTTI, Solange Aparecida. Organização do ensino primário no Brasil: uma leitura da história do currículo oficial. Navegando pela história da educação brasileira. **VII Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas: História, Sociedade e Educação no Brasil**, Campinas, 2006. Gráfica Faculdade de Educação – UNICAMP. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario7/seminario_cad_res.pdf. Acesso em: 04.dez.2018.

Recebido em 01 de agosto de 2019.
Aceito em 12 de fevereiro de 2021.